



**FONACATE**

Fórum Nacional Permanente  
de Carreiras Típicas de Estado

# Diálogos

## Multissindicais

Jornal digital mensal do Fonacate  
Edição 14 - 05/02/2025

**Presidente e vice-presidente  
do Fonacate avaliam conjuntura  
para o funcionalismo em 2025**



**Governo e servidores têm encontro  
marcado para 20 de fevereiro**

# Presidente e vice-presidente do Fonacate avaliam conjuntura para o funcionalismo em 2025



*Da esquerda para a direita: Umberto de Campos (apresentador), Rudinei Marques e Fábio Faiad.*

A conjuntura e as principais pautas de interesse das carreiras do funcionalismo para 2025, no Executivo e no Legislativo, estiveram em voga durante entrevista concedida pelo presidente do Fonacate, Rudinei Marques, a videocast produzido pelo SINAL. A bancada também contou com a presença do presidente da entidade e vice-presidente de Comunicação do Fórum, Fábio Faiad.

Destaque na agenda da classe neste ano, a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT),

que trata, entre outros pontos, da negociação coletiva e do direito de greve no setor público, já é alvo de discussões no âmbito do governo federal. “Não há calendário, nem regras de mediação e arbitragem. A cada negociação, temos que inventar a roda. Isso é ruim para nós, para o governo e para a sociedade”, observou Rudinei Marques sobre a necessidade do estabelecimento de parâmetros nas relações entre governo e servidores.



Os representantes do Fonacate salientaram ainda a disposição a integrar os debates sobre a reforma do Estado e que o tema precisa ser tratado de maneira democrática, diferentemente do expediente utilizado pela gestão anterior com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020. “O Estado brasileiro precisa do servidor como garantia democrática e de prestação de serviços de qualidade à população”, pontuou Fábio Faiad.

Outro tema de grande atenção, já nas primeiras semanas da Sessão Legislativa, será a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025, garantindo a imple-

mentação dos reajustes remuneratórios pactuados com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e previstos na Medida Provisória (MP) 1.286/2024. O Fonacate já promove interlocuções no Congresso Nacional para agilizar a resolução do pleito.

“Talvez não seja um ano tão tensionado como foi 2024, por conta das negociações salariais, mas ainda há muitas questões a serem resolvidas”, avaliou, também, Rudinei Marques.

Assista [aqui](#) à entrevista na íntegra.

# Governo e servidores têm encontro marcado para 20 de fevereiro

Data marcada. Governo e funcionalismo retomam em fevereiro as tratativas no âmbito da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP). A reunião está agendada para o próximo dia 20, às 14h30, em Brasília.

Na oportunidade, lideranças do Fonacate, do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e de centrais sindicais levarão ao titular da Secretaria de Relações de Trabalho (SRT) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), José Lopez Feijóo, os pleitos da categoria para o atual exercício.

Como medida preparatória para o primeiro encontro do ano

entre a bancada sindical e o Executivo, Fonacate, Fonasefe e centrais encaminharam a Feijóo, no último dia 31 de janeiro, ofício conjunto apresentando a pauta unificada de 2025. O documento elenca demandas prioritárias do conjunto das carreiras, como a regulamentação da Convenção 151 da OIT - que trata da negociação coletiva - e a equiparação dos benefícios para os servidores dos Três Poderes, bem como novas demandas, a exemplo do apoio e empenho de esforços para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2024 - que estabelece a extinção da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas.



Os signatários também requerem a participação no debate de temas de interesse do setor público, como a reforma administrativa. “Somos contra a apresentação de qualquer reforma que não seja discutida com as entidades”, salientam as representações do funcionalismo no documento.

Espaço ainda, dentre outros pleitos, para a revogação de medidas antissindicais e do Decreto

10.620/2021 - que transferiu aposentadorias e pensões para o INSS - e para o arquivamento definitivo da PEC 32/2020 - reforma administrativa do governo Bolsonaro.

Clique [aqui](#) para conferir a pauta na íntegra. Acompanhe a cobertura completa da agenda em nosso site ([fonacate.org.br](http://fonacate.org.br)) e em nossas redes sociais.

